

A influência dos modelos educacionais ocidentais nas políticas educacionais no Haiti de 1804 a 1843: desafios e questões para a inclusão social.

Maxo St Victor y Vera Lucia Martiniak.

Cita:

Maxo St Victor y Vera Lucia Martiniak (Mayo, 2025). *A influência dos modelos educacionais ocidentais nas políticas educacionais no Haiti de 1804 a 1843: desafios e questões para a inclusão social*. IV COLÓQUIO INTERNACIONAL DGP “EDUCAÇÃO, HISTÓRIA, MEMÓRIA E CULTURA EM DIFERENTES ESPAÇOS SOCIAIS. Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiás.

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/maxo.st.victor/18>

ARK: <https://n2t.net/ark:/13683/pxZC/CRB>



Esta obra está bajo una licencia de Creative Commons.
Para ver una copia de esta licencia, visite
<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/deed.es>.

Acta Académica es un proyecto académico sin fines de lucro enmarcado en la iniciativa de acceso abierto. Acta Académica fue creado para facilitar a investigadores de todo el mundo el compartir su producción académica. Para crear un perfil gratuitamente o acceder a otros trabajos visite: <https://www.aacademica.org>.

A INFLUÊNCIA DOS MODELOS EDUCACIONAIS OCIDENTAIS NAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS NO HAITI DE 1804 A 1843: desafios e questões para a inclusão social

Maxo St Victor¹³

Vera Lucia Martiniak¹⁴

INTRODUÇÃO

A independência do Haiti, proclamada em 1804, não apenas marcou a ruptura com o colonialismo francês, mas também lançou as bases para a reestruturação das estruturas sociais, políticas e econômicas do país. Nesse contexto, a educação, considerada uma ferramenta-chave para a reconstrução nacional, rapidamente se tornou uma questão central para as novas autoridades haitianas. No entanto, a criação de um sistema educacional nacional teve que lidar com o legado colonial, em particular os modelos educacionais impostos pelo Ocidente.

Este trabalho se propõe a analisar a influência dos modelos educacionais ocidentais, especialmente franceses e britânicos, sobre as políticas educacionais haitianas entre 1804 e 1843. O objetivo principal é entender como esses modelos moldaram as primeiras iniciativas educacionais no Haiti e avaliar em que medida eles dificultaram a inclusão social no país recém-independente.

A questão central deste estudo reside na tensão entre a adoção dos modelos educacionais ocidentais e a necessidade de criar um sistema educacional haitiano que responda às realidades locais, promovendo ao mesmo tempo a inclusão social. Como esses modelos foram integrados na construção de um sistema educacional haitiano? Em que medida eles limitaram a inclusão social? A abordagem teórica baseia-se no materialismo histórico de Karl Marx, que permite examinar a evolução das políticas educacionais no contexto das dinâmicas socioeconômicas herdadas do período colonial.

Este trabalho é um estudo em andamento que visa aprofundar a compreensão das influências externas nas primeiras reformas educacionais haitianas, ao mesmo tempo em que explora os desafios relacionados à criação de um sistema educacional inclusivo.

¹³ Graduado em História pela Universidade Estadual do Haiti (UEH). Mestrado em História, Memória e Patrimônio pela Universidade Estadual do Haiti e pela Universidade Laval (UEH-ULaval). Doutorando em Educação na Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). E-mail: 240302100000@uepg.br

¹⁴ Doutora em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Professora no Programa de Pós-Graduação em Educação da UEPG. E-mail: vlmartiniak@uepg.br. (Orientadora)

1 METODOLOGIA

A metodologia adotada neste estudo combina uma abordagem histórica e comparativa, com uma análise documental de fontes primárias e secundárias. As principais fontes incluem textos legislativos haitianos (constituições, portarias e circulares), assim como memórias e jornais datados do período de 1804-1843. Esses documentos fornecem dados sobre as políticas educacionais adotadas pelos primeiros governantes haitianos, como Jean-Jacques Dessalines, Henry Christophe, Alexandre Pétion e Jean Pierre Boyer.

As fontes secundárias incluem trabalhos de historiadores e pesquisadores em educação, como Joint (2005), que explora a política educacional dos primeiros governantes haitianos, e François (2010), que analisa a forte desigualdade que caracteriza a educação haitiana desde a época colonial. Através de seus estudos, outros autores como Pierre (2010), Tardieu (1990) e St Victor (2017; 2024) permitem contextualizar as políticas educacionais haitianas no período pós-independência.

Por sua vez, Lherisson e Vincent (1895) reúnem um conjunto de medidas e textos legislativos que permitem analisar as iniciativas políticas relativas à educação no país desde a independência em 1804 até a década de 1890. No entanto, a influência europeia no campo educacional após a independência do país ainda é uma questão a ser explorada. Daí a importância de nossa apresentação sobre a influência dos modelos educacionais ocidentais de 1804 a 1843, examinando especialmente os desafios e questões da inclusão.

A análise dos documentos é guiada pelo referencial teórico do materialismo histórico de Karl Marx, que permite examinar as políticas educacionais em função das lutas de classes e das condições materiais específicas da sociedade haitiana pós-colonial.

2. FUNDAMENTOS TEÓRICOS E DISCUSSÕES

2.1 Legado educacional colonial e ruptura com o sistema ocidental

Durante o período colonial, a educação no Haiti era reservada a uma minoria de colonos e de aforados, enquanto a maioria dos escravos era excluída do sistema educacional. O Código Negro de 1685, que regulamentava as relações entre senhores e escravos, proibia formalmente o acesso dos escravos à educação formal.

Todos os escravos que estarão em nossas ilhas serão batizados e instruídos na religião católica, apostólica e romana. Enjoamos aos habitantes que comprem negros recém-chegados que avisem, no máximo em oito dias, os governadores e intendententes das referidas ilhas, sob pena de multa arbitrária, os quais darão as ordens necessárias para que sejam instruídos e batizados no tempo adequado (Código Negro, 1685, art. 2).

Em contrapartida, a instrução religiosa, imposta pela Igreja Católica, visava principalmente a manter os escravos em um estado de submissão. Segundo François (2010, p. 22), essa forma de instrução « era então utilizada como um poder de violência simbólica para implantar o sistema escravagista e para assegurar sua perenidade ».

Com a independência, os dirigentes haitianos buscaram romper com esse modelo de exclusão herdado do regime colonial. Contudo, a ausência de recursos financeiros e de pessoal qualificado, combinada à influência persistente dos modelos educacionais ocidentais, freou as reformas educacionais iniciais. Jean-Jacques Dessalines e Henry Christophe, duas figuras importantes do período pós-independência, tentaram implementar um sistema educacional nacional. No entanto, essas iniciativas muitas vezes se basearam em modelos franceses e britânicos, o que contribuiu para perpetuar certas desigualdades. Esses modelos, embora inspirados por uma vontade de inovação, não eram adequados às realidades socioeconômicas haitianas e limitaram o impacto dessas primeiras reformas sobre toda a população, em particular os ex-escravos.

2. 2 Influência dos modelos educacionais ocidentais no Haiti (1804-1843)

A influência dos modelos educacionais ocidentais, especialmente franceses e britânicos, é visível na estruturação das primeiras escolas haitianas. Henry Christophe, por exemplo, introduziu o método lancasteriano, um modelo educacional britânico que permitia a um aluno avançado ensinar outros sob a supervisão de um professor qualificado. É assim que « seis inglesas receberam a missão de estabelecer escolas lancasterianas para meninas » (Logan, 1930, *apud* Bouchereau, 1949, *apud* Brutus, 1948, p. 39).

Através dessa missão, « a ideia amplamente aceita na época na Europa, segundo a qual os "povos negros" eram incapazes de participar da civilização e desempenhar um papel significativo na história » (Nau, 1837), questionada pelos intelectuais de 1843, impede o desenvolvimento de um sistema educacional eficaz no Haiti. O método lancasteriano, embora inovador, contribuiu para a elitização da educação no Haiti, privilegiando uma minoria da população em detrimento da maioria.

Além disso, as reformas educacionais muitas vezes foram concebidas para atender às necessidades da elite política e econômica, deixando as massas populares, especialmente os ex-escravos, à margem do sistema educacional. As escolas criadas sob Christophe, embora ambiciosas, eram acessíveis apenas a uma pequena parte da população, limitando assim os esforços de inclusão social.

2.3 Os desafios da inclusão social nas políticas educacionais haitianas

O principal desafio das políticas educacionais haitianas entre 1804 e 1843 residia na dificuldade de tornar a educação acessível a todos. Embora os dirigentes tenham buscado promover uma educação para o povo durante esse período, « eles não conseguiram estabelecer um modelo de educação de qualidade acessível a todos os haitianos » (St Victor, Martiniak, 2024, p. 89). As realidades socioeconômicas e políticas da época muitas vezes entravaram esses esforços. Os modelos educacionais ocidentais, concebidos para sociedades diferentes, não eram adequados às necessidades de uma população majoritariamente rural e pobre.

Além disso, após sua independência, o Haiti sofreu um severo isolamento diplomático e econômico. As potências coloniais europeias, assim como os Estados Unidos, se recusaram a reconhecer o novo país, temendo que o exemplo haitiano encorajasse revoltas escravagistas em outros lugares. Esse embargo diplomático e comercial mergulhou o Haiti em uma situação de marginalização internacional, limitando seus intercâmbios e seu acesso aos recursos necessários. Devido a essa exclusão, o Haiti não pôde se beneficiar dos apoios financeiros e técnicos internacionais que poderiam ter permitido o desenvolvimento de suas infraestruturas educacionais.

Esse contexto de isolamento diplomático e econômico exacerbou consideravelmente as dificuldades encontradas para estabelecer um sistema educacional inclusivo capaz de atender às necessidades da população haitiana, em particular as dos ex-escravos, que estavam majoritariamente excluídos de qualquer forma de instrução durante a colonização. Nesse sentido, é essencial levar em conta as pesadas consequências da indenização exorbitante de cento e cinquenta milhões de francos imposta ao Haiti pela França em 1825, durante o reinado de Charles X, em troca do reconhecimento oficial de sua independência. Esse montante astronômico, exigido como compensação pelas "perdas" sofridas pelos antigos colonos, agravou uma situação econômica já frágil.

Para pagar essa quantia, o Haiti, que na época não tinha nem as infraestruturas econômicas sólidas nem os recursos financeiros necessários, foi forçado a contrair empréstimos junto a bancos franceses a taxas de juros extremamente elevadas. Essas dívidas rapidamente mergulharam o jovem Estado em uma espiral de dependência financeira, dificultando seu desenvolvimento em vários setores essenciais, incluindo a educação. Apesar de « a questão da educação sempre esteve no trabalho do legislador haitiano » (St Victor, Martiniak 2024, p. 89), os fundos necessários para investir em infraestruturas educacionais,

formar professores ou elaborar programas escolares inclusivos eram simplesmente inexistentes, pois uma grande parte dos recursos era destinada ao reembolso dessa dívida colossal.

Hoje em dia, as consequências dessa indenização ainda pesam sobre a economia haitiana, e o fardo dessa dívida histórica continua a afetar a capacidade do país de construir um sistema educacional justo e acessível a todos. Esse fardo financeiro teve repercussões duradouras sobre a capacidade do Haiti de garantir uma educação para toda a sua população, retardando assim a realização dos objetivos de inclusão social e emancipação por meio da educação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise das políticas educacionais no Haiti entre 1804 e 1843 revela a importância crucial da influência dos modelos educacionais ocidentais, em particular franceses e britânicos, na estruturação das primeiras iniciativas educacionais do país. No entanto, esses modelos, apesar de sua utilidade para lançar as bases de um sistema educacional nacional, também contribuíram para a perpetuação de uma educação elitista, limitando a inclusão social e impedindo uma verdadeira democratização da educação. Segundo Tardieu (1990, p. 95), « na Europa e em toda parte, as escolas e universidades se dirigem a uma elite de burgueses, nobres e ricos, em uma palavra, às classes dominantes ». Em sua obra *História da Educação*, Souza (2006) revelou que o ideal pedagógico nunca foi o mesmo para todos desde a antiguidade.

As reformas educacionais implementadas pelos primeiros dirigentes haitianos, como Henry Christophe e Jean-Jacques Dessalines, eram, sem dúvida, ambiciosas, mas encontraram limitações socioeconômicas, diplomáticas e culturais que restringiram seu impacto sobre toda a população. Ao adotar métodos como o sistema lancasteriano, os dirigentes haitianos tentaram responder às necessidades de um país carente de recursos educacionais, ao mesmo tempo em que buscavam emancipar as antigas populações escravizadas. No entanto, a educação permaneceu principalmente acessível a uma minoria privilegiada.

Os obstáculos à inclusão social no sistema educacional haitiano daquela época mostram que a simples importação de modelos ocidentais não poderia ser suficiente para enfrentar os desafios de uma nação pós-colonial com realidades profundamente diferentes. Assim, torna-se evidente que, para realmente incluir as massas populares no processo

educacional, o Haiti precisava desenvolver políticas adaptadas aos seus próprios contextos socioculturais e econômicos.

Este estudo demonstra que os fundamentos educacionais do Haiti foram construídos sobre bases que, apesar de seu bom senso inicial, mantiveram uma forma de exclusão social. Para o futuro, é essencial que as políticas educacionais haitianas sejam concebidas de forma a atender às necessidades específicas da sociedade haitiana, visando uma maior equidade e inclusão social. Essa condicionalidade é fundamental para a formação de cidadãos exemplares, em comparação com outros países pós-coloniais.

Palavras-chave: Modelos educacionais ocidentais; Inclusão social; Políticas educacionais.

Referências

BELLEGARDE, D. **Histoire de l'éducation en Haïti**. Port-au-Prince: Imprimerie Nationale, 1885.

BOF CASEIRO, H., et al. **A formação dos professores da educação básica**. São Paulo: Edusp, 2023.

BRUTUS, E. **Instruction publique en Haïti (1492 – 1945)**. Port-au-Prince: Éditions Fardin, 1948.

FRANÇOIS, P. E. **Politiques éducatives et inégalités des chances scolaires en Haïti**. Port-au-Prince: Éditions de l'Université d'État d'Haïti, 2010.

JOINT, L. A. **Histoire de l'éducation haïtienne**. Port-au-Prince: C3 Editions, 2005.

ST VICTOR, M. **Regards sur la politique éducative des premiers chefs d'État haïtiens (1804 - 1843)**. 2017. 82 f. Institut d'Études et de Recherche Africaines d'Haïti (IERAH-USERSS) de l'Université d'État d'Haïti (UEH), Port-au-Prince, 2017.

BOUCHEREAU, M. S. **L'évolution de l'éducation en Haïti**. Paris: Éditions de l'Université, 1949.

NAU, É.

"Quelques aspects sur l'instruction publique", **Le Républicain**, recueil scientifique et littéraire, Imprimerie J. Courtois. n. No XIII, 15 fév. 1837.

LOGAN, R. **Education in Hayti**. New York: Columbia Press, 1930.

ST VICTOR, M., MARTINIAK, V. L. "A necessidade de uma educação para todos na sociedade haitiana de (1804 - 1843)", **Revista Teias de Conhecimento**, v. 1, n. 4, 5 out. 2024. DOI: 10.5212/RevTeiasConhecimento.v1i1.2024.d. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/teias/article/view/23706>. Acesso em: 6 out. 2024.

Le Code noir. 1685. Disponível em: <https://www.axl.cefan.ulaval.ca/amsudant/guyanefr1685.htm>. Acesso em: 18 maio 2024.

TARDIEU, C. **L'éducation en Haïti: de la période coloniale à nos jours**. Port-au-Prince: Imprimerie Henri Deschamps, 1990. 399 p.

SOUZA, N. M. M. de (Org.). **História da educação: antiguidade, idade média, idade moderna, contemporânea**. São Paulo: Avercamp, 2006.

PIERRE, D. **Constitution, lois, et éducation en Haïti (1801 – 2011): Éléments politiques éducatifs**. Québec: Éditions Mémoire, 2012. 177 p.